

# A MÍDIA ENSINA SOBRE NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: REPRESENTAÇÕES DE HOMOPARENTALIDADE

*The Media's Teachings about Contemporary Family Configurations:  
Homoparenting Representations*

*Los Media Enseñan sobre las Nuevas Configuraciones Familiares:  
Representaciones de Homoparentalidad*

BIANCA SALAZAR GUIZZO- ULBRA  
bguizzo\_1@hotmail.com

Licenciada em Pedagogia, Mestre e Doutora em  
Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
Atualmente é professora permanente do PPGEDU/ULBRA

JOÃO CARLOS AMIBILIA GOMES – ULBRA  
jcamibilia@via-rs.net

Licenciado em História (FAPA), Mestre em Educação (ULBRA)  
e Doutor em Educação (UFRGS) Atualmente é professor no PPGEDU/ULBRA

**RESUMO** O presente trabalho tem por objetivo problematizar a forma como a homoparentalidade vem sendo representada em meios midiáticos. Para levar a cabo tal propósito, foram selecionadas algumas reportagens que diziam respeito à temática em questão veiculadas ao longo do ano de 2012 na mídia impressa e virtual. Para o desenvolvimento das análises, foram utilizadas as contribuições dos estudos culturais, dos estudos de gênero e dos estudos de cultura visual, especialmente aqueles que se aproximam da perspectiva pós-estruturalista de análise. Tais campos de estudo mostram-se produtivos na medida em que consideram que as identidades contemporâneas são (re)criadas continuamente dentro de determinadas culturas, no âmbito das relações de poder. Os resultados mostraram que, se, por um lado, há maior espaço para as representações homoparentais na mídia, por outro elas ainda são significativamente atravessadas por discursos que constituem a homoparentalidade como algo exótico e/ou como “menos normal” que a heteroparentalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** ESTUDOS CULTURAIS; ESTUDOS DE GÊNERO; HOMOPARENTALIDADE.

**ABSTRACT** This study aims at discussing how homoparenting is being represented in the media. For that purpose, a few articles published in the press and virtual media on this subject in 2012 were selected. For the sake of analysis, some contributions from Cultural, Gender and Visual Culture studies were used, especially those that approach the post-struc-

turalist analysis. Such fields of study are productive since they consider that contemporary identities are (re) created continuously within certain cultures, in the context of power relations. The results showed that if homoparenting representations have more space in the media, on the other hand, they are still traversed by discourses that addresses homoparenting as exotic and/or “less normal” than hetero parenting.

**KEYWORDS:** CULTURAL STUDIES; GENDER STUDIES; HOMOPARENTING.

**RESUMEN** Este trabajo tiene como objetivo discutir cómo la homoparentalidad ha estado representada en los medios de comunicación. Para llevar a cabo este propósito, se seleccionaron algunos informes que se referían al tema en cuestión publicados durante el año 2012, en medios impresos y virtuales. Para el desarrollo del análisis, se utilizaron contribuciones de los estudios culturales, estudios de género y estudios de la cultura visual, en especial aquellos que se acercan al punto de vista del análisis postestructuralista. Estos campos de estudio son productivos en la medida en que consideran que las identidades contemporáneas son (re) creadas continuamente dentro de ciertas culturas en las relaciones de poder. Los resultados mostraron que, se por un lado existe un mayor espacio para las representaciones homoparentales en los medios de comunicación, por el otro todavía son significativos los discursos que presentan la homoparentalidad como algo exótico y/o “menos normal” que la heteroparentalidad.

**PALABRAS CLAVE:** ESTUDIOS CULTURALES; ESTUDIOS DE GÉNERO; HOMOPARENTALIDAD.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é oriundo de algumas discussões que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação ao qual estamos vinculados, cujas temáticas relacionam-se a gênero e sexualidade. Há algum tempo<sup>1</sup> temos desenvolvido pesquisas que se atrelam a tais temáticas, porém observamos que ainda há uma carência de trabalhos no que se refere às representações de homoparentalidade. Essa temática ganhou visibilidade na mídia televisiva, impressa e virtual, como também no âmbito acadêmico, especialmente a partir do final do século XX.

Tal visibilidade pode ser justificada pelo fato de, nas últimas décadas, vários grupos sociais terem começado a reivindicar o direito à representação entendida como o processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para instituir significados. Esse entendimento de representação, segundo Hall (1997, p. 61), carrega uma premissa: as coisas, os objetos, os eventos do mundo não têm, neles mesmos, qualquer sentido fixo, final ou verdadeiro. Além disso, tais grupos começaram a questionar as formas de conhecimento dominantes. E essas reivindicações surgem quando eles não se reconhecem como iguais

---

<sup>1</sup> As pesquisas de que falamos referem-se aos nossos estudos desenvolvidos nos cursos de mestrado e/ou doutorado, quais sejam: *Identidades de gênero e propagandas televisivas: um estudo no contexto da educação infantil* (GUIZZO, 2005), *‘Aquele negrão me chamou de leitão’*: representações e práticas corporais de embelezamento na Educação Infantil (GUIZZO, 2011) e *Representações de feminino nas imagens dos livros didáticos de História - Ensino Médio* (GOMES, 2007).

a partir de processos de desigualdade, produzidos a partir de diferenças como gênero, sexualidade, raça, cor, faixa etária, classe social, dentre outras.

Embora tenha havido uma tentativa de, em diferentes meios de comunicação, mostrar as pluralidades (sejam de gênero, de sexualidade, de raça, de classe social), as imagens referentes a formas menos comuns de viver/expressar o(s) gênero(s) e a(s) sexualidades, que não as heterossexuais, continuam aparecendo atreladas a uma ideia de algo “diferente”, “exótico” ou “excêntrico”. Em pleno século XXI, representações pejorativas e “estereotipadas” a respeito de mulheres, *gays*, lésbicas, bissexuais vêm sendo (re)alimentadas por meio de notícias de televisão, páginas de jornais, *sites* da internet etc., o que acaba contribuindo para que aconteçam atos de desrespeito e discriminação sexual e de gênero (FELIPE; GUIZZO, 2003).

Como mencionamos no início deste artigo, nas discussões desencadeadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação em que atuamos estavam presentes questões atreladas às discussões de gênero, sexualidade e mídia articuladas às novas configurações familiares que na contemporaneidade vinculam-se não somente àquele tipo de configuração familiar composta por pai (do gênero masculino), mãe (do gênero feminino) e filhos (preferencialmente um menino e uma menina) e que, por tanto tempo, foi considerada “a” representação de família propagada em distintos meios sociais e culturais e tomada como perfeita e ideal, mas também às famílias homoparentais. A configuração de tais famílias envolve sujeitos ou casais homossexuais e/ou bissexuais que se valem de diferentes caminhos para ter um filho. Entre esses caminhos, podem ser citados: adoção, tecnologias artificiais de reprodução etc.

Pensando e discutindo sobre isso, buscamos na mídia, vista aqui não só como mera reprodutora, mas, em certa medida, também produtora de representações que incidem na configuração de identidades, reportagens que envolviam a homoparentalidade e que, a nosso ver, tinham tido certa repercussão no ano de 2012. Encontramos distintas reportagens, porém – no âmbito desse artigo – vamos nos deter na análise de duas: 1) uma envolvendo o cantor porto-riquenho Ricky Martin, seu companheiro e seus dois filhos, que foi veiculada na revista *Quem*, em 22 de março de 2012 (RICKY, 2012); 2) e outra publicada no *site O fuxico*, em 8 de maio de 2012, sobre a família em que está inserida a pequena atriz Ana Karolina Lannes, que interpretou a personagem Ágata na novela *Avenida Brasil* veiculada pela Rede Globo entre fevereiro e outubro de 2012 (ÁGATA, 2012). Tal reportagem obteve grande repercussão pelo fato de a menina ser criada pelo tio e por seu companheiro desde que sua mãe faleceu. As referidas escolhas deram-se em razão de, nos casos apontados nas reportagens, dois homens estarem envolvidos na relação de homoparentalidade. Além disso, levamos em consideração o fato de as reportagens em questão terem significativa circulação, na medida em que podem ser acessadas livremente e têm como principal objetivo tornar público alguns aspectos relacionados à vida particular de pessoas famosas/celebridades.

Celebridades como o ator Ricky Martin e a atriz Ana Karolina Lannes teriam uma dada autoridade que decorreria do número de seus espectadores. Conforme Bauman (2003, p. 64) “a autoridade das celebridades deriva da autoridade do número – ela aumenta (e

diminui) com o número de espectadores, ouvintes, compradores de livros e de discos”. Os espectadores atentos às confissões das celebridades “recebem como primeira recompensa [...] a sensação de fazer parte [de suas vidas]: o que lhes é prometido/divulgado todo dia [...] é uma comunidade<sup>2</sup> de solitários” (BAUMAN, 2003, p. 64).

É importante enfatizar que a revista *Quem* vem sendo publicada no Brasil pela Editora Globo, desde o ano 2000, e seu enfoque vincula-se a celebridades em evidência, tanto no cenário nacional como no internacional. A importância que a Editora Globo passou a ter ao longo de sua existência pode contribuir para uma expressiva circulação e significativo número de acessos às suas matérias. No mesmo sentido, o site *O Fuxico*, que se encontra atrelado a um importante provedor – o Terra –, possivelmente também é acessado por um considerável número de sujeitos. Em função de os dois artefatos de onde foram retiradas as reportagens problematizadas no âmbito desse trabalho encontrarem-se na internet, imagina-se que seu conteúdo seja acessado para além das fronteiras nacionais.

Realizadas essas considerações, é importante destacar que, para o desenvolvimento das problematizações e análises aqui desenvolvidas, foram utilizadas as contribuições dos estudos culturais, dos estudos de gênero e dos estudos de cultura visual, especialmente aqueles que se aproximam da perspectiva pós-estruturalista de análise. Tais campos de estudo mostram-se produtivos na medida em que consideram que as representações e as identidades contemporâneas são criadas e recriadas continuamente dentro de determinadas culturas, no âmbito das relações de poder.

Antes, porém, de determo-nos nas problematizações e análises, faremos algumas considerações acerca da importância que a mídia tem adquirido nas sociedades atuais como espaço de formação e constituição de identidades de sujeitos, bem como o modo como vêm sendo pensadas e representadas as configurações de família na contemporaneidade.

## A MÍDIA COMO ESPAÇO EDUCATIVO

Muitos estudos realizados nas perspectivas em que esse trabalho se insere valem-se da noção de que a pedagogia não se limita às instituições educacionais, mas acontece em diversos espaços sociais e culturais em que saberes são construídos e experiências são interpretadas, daí o conceito de pedagogia cultural. Assim, docentes do século XXI não são simplesmente aqueles que atuam no sistema escolar, mas, como refere Giroux (1995, p. 156), mas também “os agentes culturais hegemônicos que medeiam as culturas públicas da publicidade, das entrevistas de rádio, dos *shopping centers* e dos conjuntos de cinemas”. Daí a importância de estarmos atentos a fatos e acontecimentos que ocorrem fora da sala de aula, mas que, nem por isso, deixam de estar colaborando para a formação de crianças e jovens. Nas palavras de Henry Giroux e Peter McLaren,

---

<sup>2</sup> Pensamos comunidade valendo-nos da teorização de Bauman (2003). Assim, referimo-nos a “uma ‘comunidade’ de semelhantes na mente e no comportamento; uma comunidade do *mesmo* – que, quando projetada na tela da conduta amplamente replicada/copiada, parece dotar a identidade individualmente escolhida de fundamentos sólidos que as pessoas que escolhem de outra maneira não acreditariam que possuísem” (BAUMAN, 2003, p. 61).

Existe pedagogia em qualquer lugar em que o conhecimento é produzido, em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum. (1995, p. 144).

As pedagogias culturais trabalham pela produção de si e do outro a partir de “um olhar que identifica, classifica e ordena, produz e reproduz corpos, objetiva sujeito, esforça-se em reduzir diferenças” (FISCHER, 2006, p. 847). Quando falamos nessas pedagogias, podemos dar especial relevância à mídia, já que ela tem feito parte da vida das pessoas de modo significativo. Na contemporaneidade, a mídia passa a ser vista e analisada como uma instância que também regula nossas vidas por meio das representações que veicula. Mais do que isso, pelo fato de estarmos em constante contato com a mídia, nossas identidades vão sendo aí constituídas.

Ruth Sabat (2005) destaca que determinadas pedagogias culturais (e, aqui, damos destaque à mídia) visam formar os indivíduos conforme as normas de cada sociedade. Além disso, para ela, tais pedagogias “são revestidas de características ‘inocentes’, como prazer e diversão, que também educam e produzem conhecimento” (SABAT, 2005, p. 149, grifo da autora). Desta forma, essas pedagogias apresentam-se como importantíssimos instrumentos de formação, uma vez que veiculam representações que acabam por contribuir na formação de identidades de sujeitos.

De acordo com Fischer (2001, p. 16) a mídia mostra-se como “um lugar privilegiado de aprendizagens diversas; aprendemos com ela desde formas de olhar e tratar nosso próprio corpo até modos de estabelecer e de compreender diferenças sexuais e de gênero”. Destacariamos ainda que, em decorrência da visibilidade que a mídia tem adquirido, diversos programas, reportagens, filmes, propagandas, novelas que são produzidos ensinam, dentre outras coisas, sobre configurações familiares contemporâneas.

## **SOBRE AS (RE)CONFIGURAÇÕES FAMILIARES**

Claudia Fonseca (1998) aponta como a discussão do termo família pode inserir-se em um contexto de valores em rápida mutação. A autora argumenta que o eixo da “família moderna” deslocou-se do casal (formado por um homem e por uma mulher) para outras relações e estruturas de parentesco, o que contribui para novas formas de filiação, que nem sempre “envolve[m] laços biológicos, obrigando não somente pesquisadores, mas também leigos a trabalhar com novas definições de ‘família’ que dão conta dessa realidade” (FONSECA, 1998, p. 45). Essa mesma autora amplia essa discussão ao enfatizar como a ciência, de um lado, reforçou a importância do papel consanguíneo na definição familiar por meio de testes de DNA, por exemplo, e, por outro lado, desfez ideias preconcebidas sobre o que vem a ser a família natural, ao difundir a utilização de inseminações, barrigas de aluguel etc., o que possibilitou a construção de famílias chefiadas não só por casais heterossexuais, mas também homossexuais. Em função de tudo isso, é possível afirmar que a compreensão

do que vem a ser uma família ampliou-se “a uma variedade cada vez maior de relações socialmente criadas” (FONSECA, 1998, p. 46).

Há, hoje, inúmeros grupos familiares que se distanciam bastante daquele considerado “padrão” em nossa sociedade, ou seja, muitos grupos distanciam-se da chamada “família nuclear normalmente associada à unidade doméstica composta de pai, mãe e todos os filhos do casal [...] [tomada] não só como a mais natural, mas também como a única forma sadia de organização familiar” (FONSECA, 2000, p. 257). Porém, apesar da existência de inúmeras outras configurações distantes dessa, a ideia de família, de acordo com Fonseca, ainda

se restringe no nosso imaginário à família conjugal [...] que implica co-residência de um casal e seus filhos – sendo a casa o lugar das mulheres e crianças; e o espaço público da rua o domínio por excelência dos homens. [Porém, esse tipo de família] só veio a se consolidar no início do século XX, com as táticas sedutoras de persuasão: salários dignos, escolarização universal de alta qualidade e uma melhoria geral das condições de vida da classe operária. [...] Pesquisas antropológicas desfizeram a ideia de que existam formas familiares mais ou menos modernas, mais ou menos atrasadas. [...] é impossível falar de modelos familiares moralmente superiores, culturalmente mais civilizados ou psicologicamente mais saudáveis. O que se constata é um enorme leque de práticas de organização doméstica e sadia, dando prova da criatividade dos humanos para inventar formas culturais conforme o contexto em que vivem. (1998, p. 20-21).

No contexto deste artigo, problematizaremos a forma como a homoparentalidade vem sendo colocada como uma possibilidade, dentre tantas outras, de relacionamento e organização de uma família, mesmo que as homoparentalidades apresentadas nos artefatos por nós eleitos muitas vezes também reproduzam ideias e concepções pautadas naquilo que é tido e nomeado como normal dentro de uma relação conjugal e, mais abrangentemente, dentro de uma família.

É importante destacar que, de acordo com Elisabeth Zambrano (2006), o termo “homoparentalidade” surgiu na França, no final do século XX, mais precisamente em meados da década de 1990. Tal termo surgiu para designar situações afetivo-amorosas nas quais houvesse pelo menos um adulto que se autodenominasse homossexual que fosse ou pretendesse ser pai ou mãe de pelo menos uma criança e/ou um/a adolescente.

Essa mesma autora salienta que estudos que se vinculam a outras possibilidades de organização familiar que não a heteroparental procuram mostrar que é a capacidade de cuidar, de criar e a qualidade de relacionamento com os/as filhos/as que qualificam uma boa parentalidade, e não a orientação sexual de pais e mães (ZAMBRANO, 2006). Nessa direção, ao ser questionada sobre como é ser criada por dois pais, a atriz mirim Ana Karolina responde: “Eles têm atitudes normais de pais: educam, repreendem, dão amor, carinho, ajudam quando preciso me arrumar” (ÁGATA, 2012).

## O QUE HÁ DE NORMAL NUMA RELAÇÃO HOMOPARENTAL?

Ler uma reportagem, ver uma imagem ou assistir a um filme cujo tema central é a homoparentalidade pode fazer com que aqueles que leem, veem e assistem revejam suas concepções a respeito do que significa ser uma família. Pode, ao mesmo tempo, provocar desconfortos e deslocamentos no modo como os sujeitos pensam as relações familiares na contemporaneidade. Ademais, diferentes efeitos podem emergir: repulsa, concordância, identificação e/ou estranhamento.

Nas últimas décadas tem havido uma maior produção e veiculação de imagens e reportagens cuja centralidade é voltada para as homossexualidades, para as conjugalidades homossexuais e, também, para as homoparentalidades. Essa circulação tem uma função política, o que pode produzir outros significados culturais que possam se contrapor aos significados hegemônicos produzidos pela heteronormatividade. É importante referir que o termo “heteronormatividade” vincula-se ao sistema de pensamento predominante que prevê a heterossexualidade como única forma possível de se experimentar e viver a sexualidade, como se essa fosse um destino natural dos sujeitos. Em razão disso, com frequência todas as outras formas possíveis de viver relacionamentos afetivos e sexuais são vistas como anormais.

A homoparentalidade, por sua vez, também acaba sendo uma possibilidade de configuração familiar marginalizada, apesar de, nas reportagens escolhidas para análise nesse artigo, tal configuração ganhar relevo. As referidas reportagens apresentam famílias homoparentais cujos membros centrais são dois homens.

Mas por que escolher reportagens cujas figuras centrais são dois homens? De certa forma, tal escolha vai de encontro àquilo que, na maior parte das vezes, ainda é posto como “natural” no que se refere às funções femininas e masculinas. Por muito tempo, e por que não dizer até hoje, ainda prevalece a ideia de que as mulheres é quem têm a vocação para exercer as funções de cuidar e educar e, conseqüentemente, têm mais vocação para a maternidade. Na reportagem sobre a família de Ricky Martin (RICKY MARTIN, 2012), ele frisa “sou pai e mãe” (tradução nossa),<sup>3</sup> como se, no âmbito familiar, a figura da mãe fosse indispensável.

Entretanto, baseando-nos nos estudos de gênero, percebemos que isso não se dá dessa forma. Não nascemos aptos a essa ou aquela atividade em função do gênero. Em razão daquilo que é dito, propagado e nomeado em determinados tempos, culturas e sociedades é que vão sendo construídos os significados do que é próprio a mulheres e homens.

---

3 <sup>3</sup> Yo soy papá y mamá.



**Figura 1** - Família de Ana Karolina  
**Fonte:** Ágata (2012)



**Figura 2** - Família de Ricky Martin  
**Fonte:** Ricky Martin (2012)

Sobre isso, Donna Haraway (2004) diz que o conceito de gênero foi desenvolvido com o intuito de contestar e transformar a naturalização da diferença sexual que acaba por posicionar homens e mulheres de maneira diferenciada. Jill Conway, Susan Bourque e Joan Scott afirmam que

A produção de maneiras culturalmente apropriadas no que diz respeito ao comportamento de homens e mulheres é uma função central da autoridade social e cultural e está mediada pela complexa interação de um amplo espectro de instituições econômicas, sociais, políticas e religiosas. (2003, p. 23, tradução nossa).<sup>4</sup>

Pensando a partir desse excerto, o gênero poderia ser considerado produto do “trabalho” da cultura e da sociedade sobre a biologia. Joan Scott (1995) traz importantes considerações sobre o referido conceito. Para ela, gênero é algo que não deve ser ligado fundamentalmente ao determinismo biológico. Por volta dos anos de 1950 e 1960, intensifica-se a noção de que não se nasce homem ou mulher, mas, sim, vão sendo ensinados atributos para que os sujeitos tornem-se dessa ou daquela maneira. Pensando a partir disso é que as reportagens, ao apresentarem dois homens como pais, de certa forma rompem com aquilo que é dito como mais “adequado” e “normal” quando se trata da criação de filhos/as. Tal como já salientamos, as mulheres são colocadas como mais aptas a lidar com determinados assuntos no que diz respeito ao cuidado com os/as filhos/as. Em determinado trecho da reportagem, Ana Karolina comenta: “Tive uma babá que falava: ‘Coitada de você quando menstruar e for namorar. Imagine você sozinha com dois homens (risos)!” (ÁGATA,

<sup>4</sup> La producción de formas culturalmente apropiadas respecto al comportamiento de los hombres y las mujeres es una función central de la autoridad social y está medida por la compleja interacción de un amplio espectro de instituciones económicas, sociales, políticas y religiosas.

2012). Sua babá, na verdade, está reproduzindo aquilo que muitas vezes é reiterado em distintos âmbitos sociais e culturais, mas a menina rebate, dizendo que: “tem certeza de que, quando isso acontecer [menstruar e namorar], eles vão saber o que fazer” (ÁGATA, 2012). Ela aposta, portanto, que “mesmo sendo homens”, eles vão saber lidar com situações como as citadas pela babá.

Ora, as identidades não se tornam *naturalmente estáveis*, pois não são naturais. Assim, práticas que podem contribuir no sentido de “abrir frestas” em relação àquilo que é representado como mais “adequado” e “normal”, no que concerne à família e, especificamente, à criação de filhos/as, podem ser pensadas como positivas. Entretanto, há de se atentar para a importância do significado político da diferença, pois, na textualidade dos artefatos culturais, tal significado pode ser valorizado ou não. Nas construções textuais de dados artefatos, a diferença é “utilizada como matéria-prima” para a (re)criação de desigualdades sociais. As representações relativas à homoparentalidade podem “ser úteis” sob dados regimes de verdade para a (re)criação de uma determinada norma.

Se, por um lado, no universo do pensamento moderno, avesso à ambivalência, a norma tem substantiva importância, pois “aponta e separa o que é normal daquilo que não o é, ao mesmo tempo em que estabelece os limites toleráveis para os casos desviantes” (VEIGA-NETO, 1995, p. 26), por outro lado

a norma parece ter promissora existência [...] num tempo de crise do pensamento moderno, em um mundo globalizado e pós-moderno, no qual a volatilidade presente nas definições daqueles que seriam normais e anormais parece potencializar cada vez mais o processo normalizador como um processo infundável. (GOMES, 2012, p. 83).

À medida que a identidade é constituída pela diferença, são problemáticas as construções discursivas que representam as diferenças como que as esvaziando de seus significados políticos. Na textualidade multissemiótica das revistas, dos jornais, dos livros didáticos, dentre outros artefatos culturais, encontramos representações que localizam os *outros*<sup>5</sup> como parte de tecidos socioculturais “harmônicos, sob consensos de igualdade”. Assim, no âmbito de artefatos culturais e pedagógicos, localizamos significativos exemplos de representações do *outro* que, no interior de determinados regimes de verdade, propiciam a (re)criação da norma.

Refletindo sobre as representações de homoparentalidade que se encontram nas reportagens problematizadas no presente trabalho, valemo-nos do que observam Michael Hardt e Antonio Negri (2006, p. 53): “a máquina imperial, longe de eliminar narrativas principais, na realidade as produz e reproduz [...] para validar e celebrar o próprio poder”. A máquina referida por Hardt e Negri (2006, p. 11) concerne ao que tais autores chamam de “império”, uma “substância política que, de fato, regula [...] permutas globais, o poder supremo que governa o mundo”. No interior desse império, os diferentes podem, não apenas não ter *um lugar ao sol*, mas, também, ser tratados e/ou narrados de forma a servirem a processos

<sup>5</sup> Pensamos os *outros* como aqueles que, nas construções discursivas, ocupam a condição de não privilegiados ou que nelas sequer teriam condições de emergir.

que reproduzem determinadas ordens socioculturais que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros.

## CONSIDERAÇÕES... LONGE DE SEREM FINAIS

É necessário que atentemos às condições de representação da homoparentalidade para que possamos compreender quando ela é representada com seus significados políticos valorizados e/ou respeitados e quando é constituída discursivamente no âmbito de abordagens que a posicionam, por exemplo, como algo a ser tolerado e/ou como lugar do exótico.

No âmbito dos discursos da diversidade, o *outro*/diferente pode ser alguém a ser tolerado. Em determinadas situações, a tolerância pode obscurecer desigualdades; conforme Silvia Duschatzky e Carlos Skliar (2001, p. 136) “a tolerância não põe em questão um modelo social de exclusão; quando muito, ela trata de ampliar as regras de urbanidade com a recomendação de tolerar o que é perturbador”; ela pode produzir, em determinadas situações, indiferença.

Por fim, cabe mencionar que as reportagens que ora problematizamos podem vir a constituir fontes de discussões sobre nós mesmos, dos pensamentos que temos, dos modos como lidamos com as diferenças e as diversidades no que diz respeito às diversas conjugalidades e configurações familiares postas em “prática” na contemporaneidade. É importante dizer também que dar visibilidade às representações de homossexualidades e homoparentalidades na mídia, mesmo que com aspectos a serem questionados, pode ser o início de um processo que as apresente como práticas tão legítimas quanto as heterossexualidades e heteroparentalidades.

Resta-nos dizer que o espaço desse artigo talvez não tenha comportado tudo o que ainda poderíamos discutir e problematizar a respeito das representações de homoparentalidades articuladas às configurações familiares contemporâneas. O que trouxemos foi apenas um olhar, dentre tantos outros possíveis!

## REFERÊNCIAS

**ÁGATA de Avenida Brasil é criada pelo tio e seu companheiro. O Fuxico**, 8 mai. 2012. Disponível em: <<http://ofuxico.terra.com.br/noticias-sobre-famosos/agata-de-avenida-brasil-e-criada-pelo-tio-e-seu-companheiro/2012/05/08-138932.html>>. Acesso em: 20 set. 2012.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CONWAY, J.; BOURQUE, S.; SCOTT, J. **El concepto de género**. México: Unam/Pueg, 2003.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

DUSCHATZKY, S.; SKLIAR, C. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 119-138.

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Pro-posições**. Campinas, v. 14, n. 3, p. 119-132, set.-dez. 2003.

FISCHER, Rosa M. B. **Televisão e educação**: fruir e pensar a TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FISCHER, R. M. B. Nomeações do “outro” jovem na cultura midiática. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, 3, 2006, Braga. Globalização e (Des)igualdades: os desafios curriculares. **Anais...** Braga: Universidade do Minho, 2006. 1 CD-ROM. p. 842-858.

FONSECA, C. A modernidade diante de suas próprias ficções: o caso de adoção internacional. In: DORA, D. et al. (Orgs.). **Direitos humanos**, ética e direitos reprodutivos. Porto Alegre: RML, 1998.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FONSECA, C. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 16, p. 769-783, set.-dez. 2008.

GIROUX, H. Memória e pedagogia no mundo maravilhoso da Disney. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 132-158.

GIROUX, H.; MCLAREN, P. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, M. A. (Orgs.). **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, J. C. A. **As representações de feminino nas imagens dos livros didáticos de história**: ensino médio. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil, Canoas, Rio Grande do Sul.

GOMES, J. C. A. **As apostilas dos sistemas de ensino sob uma lógica empresarial**. Porto Alegre, 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

GROSSI, M. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbi-cas no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 261-280, 2003.

GUIZZO, B. S. Identidades de gênero e propagandas televisivas: um estudo no contexto da educação infantil. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

GUIZZO, B. S. “Aquele negrão me chamou de leitão!”: representações e práticas de embelezamento na educação infantil. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

HALL, S. The work of representation. In: HALL, S. (Org.). **Representation, cultural representations and signifying practices**. London/Thousands Oaks/New Delhi: Sage, 1997.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARDT, M.; NEGRI, A. Império. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

RICKY MARTIN posa ao lado do namorado e dos filhos gêmeos para “Vanity Fair”. **Quem**. São Paulo, 22 mar. 2012. Disponível em: <<http://revistaquem.globo.com/Revista/Quem/0,,EMI299756-8197,00.html>>. Acesso em: 19 mai. 2013.

SABAT, R. Gênero e sexualidade para consumo. In: LOURO, G.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p.149-159.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VEIGA-NETO, A. Michel Foucault e educação: há algo de novo sob o sol? In: VEIGA-NETO, A. (Org.). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

ZAMBRANO, E. Parentalidades impensáveis: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 26, p. 124-147, jul.-dez. 2006.

Submetido em: 16-6-2014

Aceito em: 11-9-2014